

# O ESPAÇO PÚBLICO PRODUZIDO EM MARINGÁ (PR) E OS NOVOS MODOS DE APROPRIAÇÃO

Altair Aparecido Galvão<sup>1</sup>

## Introdução com Revisão de Literatura

É comum a afirmativa de que os espaços públicos, praças e centros tradicionais das cidades brasileiras se degradaram, foram indevidamente ocupados pela iniciativa privada ou simplesmente morreram. Costa Gomes (2001) considera que se trata de um processo muito amplo, complexo e com manifestações e aspectos amplamente variados:

De fato, sua magnitude pode compreender desde uma simples ocupação da calçada até o fechamento de ruas ou de bairros inteiros. Suas manifestações podem ocorrer por meio de estruturas físicas fixas, mas também pode ser uma ocupação veiculada por instrumentos bem mais sutis e simbólicos. (COSTA GOMES, 2001, p.176)

Vemos que um fator fundamental na dinâmica de nossas cidades é o notável crescimento do denominado setor informal da economia: vendedores ambulantes, flanelinhas, prestadores de serviços etc. A denominação “trabalhador informal” se presta para denominar todas essas atividades que fogem ao controle do Poder Local e, por conseguinte, da legislação vigente. O que proporciona esse desenvolvimento do setor informal, quase sempre nos locais públicos de maior circulação ou de grande valorização comercial é a ausência de normas que regulamentem o direito de cada um, pois “a tendência natural é o uso de todos os artifícios, entre os mais comuns a força ou a intimidação, para maximizar os interesses particulares daquele que o imobiliza. Tal é o caso desse tipo de implantação” (COSTA GOMES, 2001, p. 177).

Para Milton Santos (2004), em sua obra *O Espaço Dividido*, inclui os trabalhadores informais no circuito inferior da economia, já que em sua classificação sobre os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, o autor aborda como forma de organização primitiva. Desse modo, nas palavras de Botelho (2007), em sua leitura sobre a obra de Santos (2004) alega que

O circuito inferior é marcado pela quase ausência de capital fixo, pelo predomínio do trabalho mal-remunerado e por conta própria, pela falta de créditos e de ajuda institucional para o desenvolvimento dos negócios, pela grande reutilização dos bens, pela informalidade nas relações de trabalho. (BOTELHO, 2007, p.41)

Assim, esse processo se estabelece como um meio de explorar certa atividade sobre uma área que, em princípio, deveria ser de livre acesso a todos. Para Costa Gomes (2001), o

---

<sup>1</sup> Cientista Social (bacharelado e licenciatura), mestre e doutor em Geografia pela Universidade de Maringá (UEM). Professor adjunto do DCS-UEM. Pesquisador do Observatório das Metrópoles – RMM. E-mail: [aapgalvao@hotmail.com](mailto:aapgalvao@hotmail.com).

livre acesso pressupõe a não exclusão de nenhum cidadão ou de nenhum uso diferente daqueles que são os de interesse comum.

Assim, todo esse processo foi acompanhado por uma fase de ausência de investimento progressivo do Estado e passivamente aceita pela sociedade. Para que possamos avançar nessa perspectiva, valemo-nos de Carlos (2001), que propõe a ideia da dominação política. Essa dominação é analisada pela autora do ponto de vista das ações do poder local e das elites na produção de espaços públicos e das indefinições que, nesse processo, se materializam na defesa dos interesses públicos e privados.

As decisões referentes à destinação do espaço público são tomadas no âmbito privado. Apesar de que os encargos dessas decisões serão enviados à sociedade, a ela não é dado o direito ao debate público de tais questões. Mesmo que se propague o contrário, as regras são embasadas nos princípios do republicanismo e a relação entre o Estado e a sociedade está fundamentada em bases democráticas, entretanto, de modo perverso. Portanto, há a necessidade de se disputar um espaço para discutir assuntos públicos, na tentativa de tirar das sombras dos gabinetes as decisões que deveriam ser coletivas. Essa falta de transparência acaba sendo argumento legítimo para a estabilidade e governabilidade do Estado. Resultado desse processo é a falta de formação do cidadão cômico de seus direitos e deveres, o que prejudica o processo democrático. Para Chauí (1996), vivemos sob um sistema de governo despótico. Para a autora, esse despotismo aparece ao separar-se ética e política e personalizarem-se as qualidades dos governantes. Nesse contexto, o objetivo principal do governo passa a ser a despolitização do cidadão. Assim, a virtude democrática se transforma; a ética torna-se moral privada e a política, exercício técnico.

Ao refletirmos sobre o modo como as práticas segregacionistas do poder municipal e das elites locais maringaenses se articulam com a criação/recriação do espaço público, procuraremos centrar nosso foco de análise em espaços em que esteja presente certa forma de ambiguidade, ou seja, uma dissociação entre a utilidade para os quais foram configurados e sua apropriação por agentes pertencentes a uma categoria que se sente excluída pelo processo histórico capitalista.

Milton Santos (2000), já apontara a possibilidade da revanche, onde as classes menos favorecidas, mesmo utilizando-se dos objetos e da tecnologia de massa, os utilizariam em seu favor como forma de contrapor ao sistema imposto, sistema esse, percebido a partir de um espaço público visto como arena de ação política de intervenção urbana e como mercadoria de consumo para poucos (SERPA, 2009). Claro que Milton Santos se referia à mídia, mas podemos fazer a mesma reflexão para as pessoas que não têm acesso, ou que o acesso ficou restrito aos espaços públicos da cidade de Maringá. Já foi dito diversas vezes que o espaço público acaba por ser espaço de estratégia e de viabilização do capital, entretanto, há momentos em que a apropriação ocorre a partir das necessidades de espaços de lazer e relações interpessoais pela população.

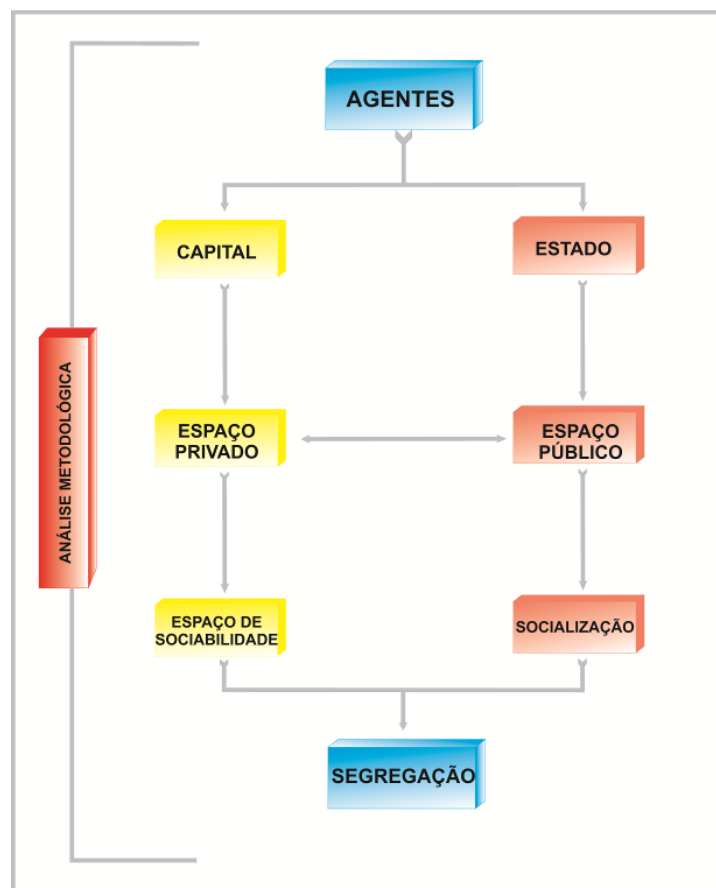
## **Materiais e Métodos**

Os procedimentos metodológicos deste trabalho se dividem em três referenciais: o referencial teórico, o referencial empírico e o referencial técnico (MENDES, 1992). No referencial teórico tratamos das práticas socioespaciais estabelecidas no movimento de produção do **espaço público** da cidade de Maringá (PR). O trabalho em questão procura enquadrar-se na Geografia Humana, especificamente na linha de pesquisa sobre espaços públicos. O conceito de

espaço público é o foco principal da análise, considerando a multiplicidade de possibilidades que o mesmo abarca.

Para essa discussão, foi necessário recorrer aos autores que trabalham tanto a noção de espaço público, como aqueles que trabalham com o espaço urbano, sua produção e (re) produção, já que entendemos que o espaço público é produzido no contexto da cidade. Por isso, ao debruçarmos sobre o presente estudo, nos deparamos com a necessidade de entender os agentes produtores do espaço, para enfim compreender a lógica que se estabelece no objeto, sobretudo no que tange à sua apropriação. Assim, estabelecemos uma conexão direta entre espaço público e produção do espaço.

Desse modo, propomos um esquema para sistematizar a análise, bem como a metodologia proposta no estudo da produção do espaço. Para tanto, apresentamos o organograma da figura 1.



**Figura 1: Esquema conceitual da Produção do Espaço Urbano**  
Org.: Galvão, A.A., 2010

No referencial empírico, é importante ressaltar que consistiu na observação do objeto de estudo, nas consultas informais com diversos agentes da sociedade, bem como nos documentos emitidos pelo poder público (legislação urbanística, planos diretores, código de obras e posturas, etc.), revistas, jornais e periódicos, folders, entre outros. Com um maior detalhamento, foram realizados os seguintes procedimentos:

1. Entrevistas não diretivas (CHIZZOTTI, 1991) com os agentes do capital, sobretudo ligados ao mercado imobiliário e financeiro, tais como Associação Comercial e Empresarial de Maringá, Prefeitura do Município de Maringá, Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM), dentre outros. Conforme Chizzotti (1991), a entrevista não diretiva individual ou em grupo, possibilita ao pesquisador articular teoria e prática em torno de uma proposta de estudo, demandando esforço, leitura e experiência e também implica em um olhar para captar sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras, entrelaçando fontes teóricas e materiais empíricos durante o desenvolvimento da entrevista. Ainda conforme este autor, ao utilizar a técnica da entrevista não diretiva, as dificuldades aparecem, mas há possibilidade de adaptações por parte do entrevistador, tornando necessário saber olhar, escutar, e principalmente, que a subjetividade precisa estar incorporada ao processo do conhecimento, buscando formas adequadas para utilizar essa abordagem metodológica.

2. Consultas junto aos principais veículos de informação da cidade de Maringá, tais como o Diário do Norte do Paraná, a Revista Acim, entre outros. Em relação ao Diário do Norte do Paraná, o veículo foi inaugurado em 29 de junho de 1974 e atualmente circula em 90 municípios da região de Maringá e possui tiragem média de 16 mil exemplares por dia. Já a Revista Acim é um veículo que circula há 48 anos, com tiragem de 6000 exemplares, e representa a Associação Comercial e Empresarial de Maringá. Tal revista é portadora de ISSN e possui conselho editorial.

3. Levantamentos junto à Prefeitura de Maringá e à Câmara Municipal para aquisição de documentos de leis, planos diretores, entre outros, desde a primeira legislação urbanística de Maringá, ou seja, a Lei 34/1959 até a atualidade.

4. Visitas aos sites do mercado imobiliário, dos *shoppings centers*, da Sociedade Rural de Maringá, como subsídios e informações diversas.

Com relação ao referencial técnico, faz-se necessário uma reflexão sobre o uso dos recursos neste trabalho.

## **Resultados e Discussão**

O que verificamos foi a busca por novos espaços realmente com características de espaços públicos [ou a (re)criação de novas áreas que são dotadas, ainda que parcialmente, das funções desejadas], sem a necessidade de pagar o ingresso e sem limitantes. São alguns exemplos desses espaços na cidade de Maringá: Praça Napoleão Moreira da Silva, área do Novo Centro ao lado do Mercado Municipal, vertente de contenção do Estádio Willie Davids, e a Praça da Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória (Figura 2).



**Figura 2: Mosaico de fotografias das áreas estudadas**

O primeiro exemplo de (re)criação de espaço público na cidade de Maringá se refere à área da Praça Napoleão Moreira da Silva, onde os aposentados e desocupados em geral, se reúnem para jogar baralho, dominó, ou simplesmente se confraternizar (Fotografia 1). Conhecido como "Praça das Pernambucanas"<sup>2</sup>, o local foi criado nos anos 1950, passou por uma revitalização e ganhou traços do arquiteto José Augusto Bellucci. A antiga **Praça da Rodoviária**, que outrora abrigou um "**Bosque de Essências**", foi nomeada **Praça Napoleão Moreira da Silva** em 4 de maio de 1957, por meio da Lei 32/1957. O objetivo foi homenagear o baiano que fora eleito um dos primeiros vereadores e presidentes da **Câmara de Maringá**, que faleceu em um desastre aéreo naquele mesmo ano. Em 1960, o então prefeito **Américo Dias Ferraz (PSP)** ensaiou a construção de uma fonte luminosa nesse espaço. Prometeu entregá-la em três meses. Não cumpriu a promessa. O projeto fez parte do seu audacioso desejo de edificar sete fontes em algumas praças da cidade.

<sup>2</sup> Referência às Lojas Pernambucanas, no início um estabelecimento comercial basicamente de tecidos e atualmente loja de departamentos, estabelecida desde o início da década de 1950 na confluência das Avenidas Brasil e Duque de Caxias, em frente à Praça Napoleão Moreira da Silva.



Os participantes desses encontros são, em sua maioria, homens idosos, aposentados ou não, que se reúnem nesse local, possivelmente por falta de espaço apropriado. Esses encontros acontecem somente nos dias úteis, na parte da tarde (entre 13 e 18 horas, aproximadamente); em dias de chuva, nos finais de semana e feriados, o local fica totalmente deserto. Verificamos por meio de entrevistas não diretivas com alguns frequentadores da praça, que os motivos dos horários “rígidos” desses encontros, cumpridos pelos idosos e aposentados, se prende ao fato de que eles querem, com isso, utilizar os mesmos horários de seus antigos compromissos laborais. A revolução técnica científica, de que tratara Milton Santos (2008) contribuiu para o aprimoramento da técnica, no entanto, “na medida em que cada produção supõe necessidades específicas, o aprofundamento do capital, sua maior densidade, sua mais alta composição orgânica, criam condições sempre mais rígidas para o exercício do trabalho vivo”. (SANTOS, 2008, p. 252). Essas condições rígidas, de que tratara o autor, pressupõe a substituição da mão-de-obra humana pela técnica e pelos equipamentos, principalmente em alguns setores como, por exemplo, o setor bancário, que sofreu uma importante transformação organizacional no início dos anos 1990, gerando o desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores por todo o país (IZUMI, 1998).

Por outro lado, autores especializados em assuntos ligados à socialização e integração, explicam que a recreação compreende todas as atividades espontâneas, prazerosas e criadoras, que o indivíduo busca para melhor ocupar seu tempo ocioso. Assim, nesses encontros, “vê-se a possibilidade da pessoa idosa vivenciar as atividades de grupo e se emancipar dos controles sociais, tendo como consequência a capacidade de encontrar recompensas nos acontecimentos de cada momento vivido” (PONT GEIS, 2003, p.51). Nessa convivência, segundo Zimerman (2000), há uma troca permanente de afeto, carinho, de ideias, de sentimentos, de dúvidas. A finalidade dos jogos (baralho, dominó, dama, etc.) também é específica, pois “muitas vezes a simples vivência com outras pessoas constrange e cria bloqueios. Nos momentos de maior desinibição, relaxamento e descontração oferecidos pelos jogos e brincadeiras é que as pessoas se descontraem, e se realiza uma aproximação maior, uma melhor integração” (BROTTO, 1997, P.113).

Em relação à utilização da área do Novo Centro, ao lado do Mercado Municipal, os proprietários de veículos antigos (basicamente motocicletas e automóveis), se reúnem para exibir seus exemplares e se confraternizar com seu grupo de relacionamento.

Dessas reuniões também participam roqueiros<sup>3</sup> e metaleiros<sup>4</sup>, que compartilham do mesmo interesse. É importante ressaltar que essas reuniões começaram espontaneamente e, com o passar do tempo, se tornaram eventos oficiais, conforme apresentado no folder sobre o “Encontro Regional de V8 e Pickups” (Figura 3 e Fotografia 2).



**Figura 3: Folder de divulgação do 1º Encontro Regional de V8 e Pick-ups**

Fonte: O Diário do Norte do Paraná, 11/11/2010, disponível em: <http://maringa.odiario.com>

No caso específico do “Encontro Regional de V8 e *Pick-ups*”, percebemos a ocorrência de um círculo vicioso, onde, o não acesso ao espaço público impele os indivíduos a criarem novos espaços, entretanto, esses novos espaços também são apropriados pelo capital, tornando-se eventos oficiais, ou seja, volta a ser um espaço de apropriação do capital, pois o mesmo utiliza da estratégia de (re)criação para sua reprodução. Em outras palavras, o círculo vicioso a que nos referimos, diz respeito à reprodução-apropriação-reprodução, no qual, por meio da falta de espaços públicos em função da reprodução do capital nos diversos espaços existentes, realizam a apropriação para desenvolvimento de suas atividades. Entretanto, essa apropriação gera uma nova reprodução, na medida em que, a própria reunião de pessoas para um fim específico, atrai as diversas formas de capital, que buscam possibilidades de se reproduzir, utilizando-se da recriação para geração de lucro. Há uma dominação pelos imperativos do lucro (BARBOSA, 2004), gerando uma necessidade falsa sobre uma necessidade real, já que a primeira necessidade era a concretização de um encontro espontâneo. A segunda necessidade, advém da geração de lucros por meio da reprodução, sem necessariamente gerar felicidade, satisfação ou harmonia. (BARBOSA, 2004).

O local onde atualmente se reúnem para a realização dessas atividades é a Travessa Jorge Amado, situada em um terreno de 4.000 metros quadrados de área livre, que recebeu calçamento de piso intertravado<sup>5</sup> em 2002, durante a administração do prefeito José Cláudio

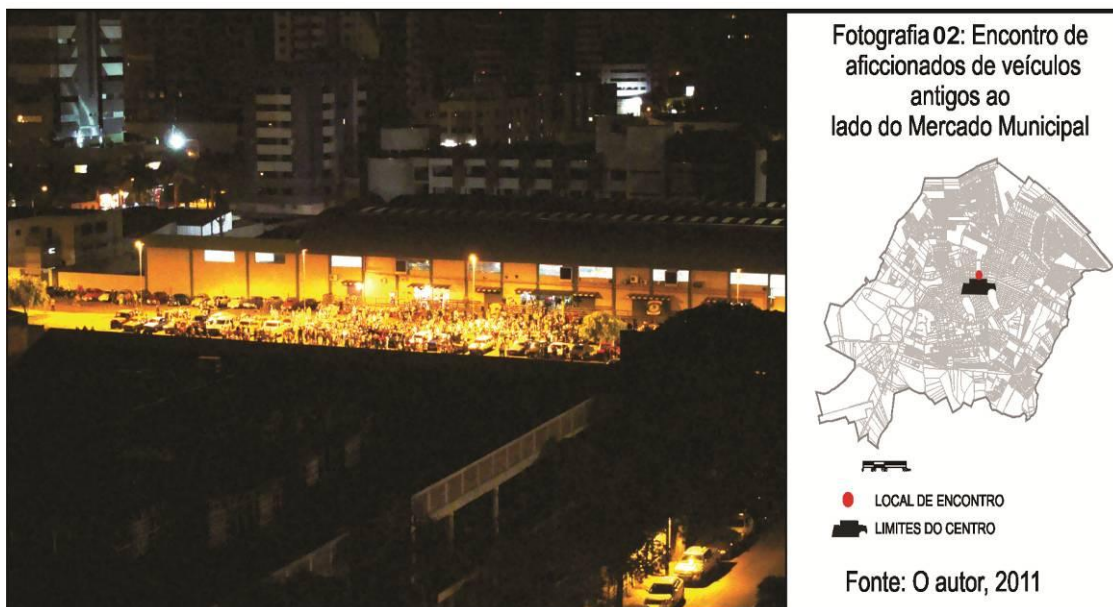
<sup>3</sup> Músico que compõe, toca ou canta *Rock*. É, também, a designação dos integrantes da [tribo urbana](#) do [rock](#). Os roqueiros costumam transparecer um ar de [rebeldia](#) em relação aos padrões sociais mais comuns.

<sup>4</sup> Termo usado para designar um fã do [estilo musical heavy metal](#) e suas variantes. Os cabelos compridos, casacos de couro, coletes [jeans](#), [botons](#) de bandas de metal entre outros acessórios ajudam a promover um sentido de identificação na subcultura.

<sup>5</sup> Pavimento de blocos de concreto pré-fabricados, assentados sobre colchão de areia, travados através de contenção lateral e por atrito entre as peças.

Pereira Neto (PT). Depois do calçamento, o espaço recebeu ajardinamento, arborização, implantação de faixas de segurança para pedestres nas duas avenidas que limitam o terreno, além da instalação de um conjunto de luminárias de desenho contemporâneo, ou seja, vários elementos que buscam uma harmonia com o meio ambiente, já que o próprio calçamento permite a permeabilização. A intenção da administração do PT era a construção de uma espécie de rua comercial para funcionamento ininterrupto, inspirado na Rua 24 Horas de Curitiba. Acontece que, com a mudança do poder executivo, houve alterações nas intenções, acarretando na instalação do Mercado Municipal<sup>6</sup> ao lado, o que permitiu a atenção dessas pessoas e a realização dessas atividades.

Esse espaço, outrora era utilizado como pátio de manobras da antiga estação ferroviária, que se localizava nas imediações do atual Novo Centro da cidade. Com toda metamorfose gerada pela produção imobiliária no local, houve o rebaixamento da linha férrea, por intermédio da construção de um túnel, revitalizando a área, que foi disponibilizada para a atuação dos principais promotores imobiliários da cidade. No entanto, algumas áreas ficaram restringidas pela legislação do Novo Centro (Lei 331/99), impedindo essa produção imobiliária. Uma das áreas que foram restringidas foi justamente esse “corredor”.



<sup>6</sup> Diferentemente de outros Mercados Municipais, que são entreposto comercial de [atacado](#) e [varejo](#), mantidos pelo Poder Local, o Mercado Municipal de Maringá apenas se utiliza do termo “municipal”, mas trata-se de empreendimento privado, sob a responsabilidade dos empresários maringaenses José Granado, Renato Saiki e Gerson Fernandes.



Referente à utilização da vertente de contenção da estrutura interna do Estádio Willie Davids<sup>7</sup>, com aproximadamente 45° de declive, verificamos mais uma forma de (re)criação de espaços ambíguos; o morro gramado foi construído para as funções específicas de contenção e de embelezamento da paisagem, mas é espontaneamente utilizado por crianças e adolescentes, que se apropriam para a diversão, com a atividade principal de descida com a ajuda de caixas de papelão (Fotografia 3).



O Estádio Regional Willie Davids foi fundado em 30 de Março de 1953, pela primeira diretoria do Melhoramentos Futebol Clube. Em 1961 o estádio foi entregue à Prefeitura Municipal de Maringá, sendo construídos 3 túneis de acesso dos vestiários ao campo, inaugurados dia 12 de Fevereiro de 1962. Já em 16 de Abril de 1967, os refletores e arquibancadas de madeira foram inauguradas num jogo noturno entre Coritiba e Grêmio Maringá, vencido pelo primeiro por 3 gols a 1. Em 1973, iniciou-se a construção das atuais instalações do Regional Willie Davids, sendo inauguradas em 1976, novamente em um jogo entre Grêmio e Coritiba, vencido pelo clube local por 1 a 0, com a presença de 32.600 pessoas.

O Estádio Regional Willie Davids se localiza na parte central da Zona 07, um bairro bem próximo ao Novo Centro e ao centro tradicional da cidade. Sua densa população reside, em sua maior parte, em edifícios, onde as crianças, desde pequenas, ficam confinadas dentro dos apartamentos, assistindo à televisão ou diante do computador. Na falta de um parque municipal, onde essas crianças pudessem descarregar suas energias e por meio do ato de brincar, explorar as possibilidades de socialização com outros de sua faixa etária, aconteceu a utilização espontânea do morro que circunda o estádio para a descida, com a utilização de caixas ou pedaços de papelão. Na atualidade, é bastante natural a vinda de crianças de outros bairros da cidade para usufruir dessa prática. Conforme Kishimoto (2000), as crianças precisam de tempo e espaço para trabalhar a construção do real pelo exercício da fantasia, e o “morro” do estádio se presta a essa utilidade. Além de crianças e adolescentes, esse espaço também é utilizado por

<sup>7</sup> O nome do estádio é uma homenagem ao engenheiro brasileiro Willie Brabazon da Fonseca Davids (1893-1944), que colaborou para a chegada dos trilhos da [Brazil Railway Company](#), depois estrada de ferro Sorocabana, a Jacarezinho e [Cambará](#). Participou em 1927 da comissão que escolheu as terras a serem adquiridas pela [Companhia de Terras Norte do Paraná](#). Willie foi, também, prefeito das cidades paranaenses de Jacarezinho (1918-1925) e Londrina (1935-1940). Um dos seus grandes feitos foi a fundação da cidade de Arapongas (PR).

atletas de diversas áreas (maratonistas, velocistas e ciclistas, entre outros) para exercícios de subida, como fortalecimento da musculação. Vale ressaltar que esse espaço torna-se atrativo, pelo fato de que a baixa declividade do espaço urbano maringaense não proporciona essa possibilidade. Nesse sentido, um morro artificial transformou-se em elemento atrativo pela função criada bem como pela paisagem e vista proporcionada.

Para finalizar nossas reflexões sobre a (re)criação de espaços de lazer e convivência na cidade de Maringá, focalizaremos nossas análises sobre a concentração de pessoas aos domingos e feriados na Praça da Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória (Fotografia 4).



Pesquisadores como Bovo (2009), que trabalha com as praças de Maringá, considera que, a partir de uma leitura das atividades de lazer e convivência que são realizadas na praça, que a mesma atende à função social e estética. Nas suas palavras,

a sua funcionalidade é constante e atende a funções social e estética. É um local de encontro, reunião, lazer e ócio, é onde misturam jovens, idosos, crianças e adolescente, para brincar, correr, passear ou mesmo deitar na grama. Também é comum os casais ali tirarem fotografias após a cerimônia religiosa. É frequente a encenação de peças religiosas e a realização de eventos dessa categoria. Nos finais de ano, a instalação de presépios e a chegada de Papai Noel constituem grande atrativo para as crianças. (BOVO, 2009, p. 162).

Entretanto, entendemos que a ideia inicial de uso desse espaço público era apenas servir como complemento estético e de contemplação, sendo que a utilização posterior aconteceu espontaneamente, à revelia da Igreja Católica, que é a mantenedora da praça. De fato, ocorreu a ocupação espontânea para atividades de lazer e recreação, entretanto, não significa que esse espaço cumpre uma função social, já que houve resistência por parte dos líderes religiosos, pelos moradores do entorno e pelo poder local.

Graças a ocupação espontânea, conforme dito, houve a intervenção do poder local, restringindo o estacionamento interno para veículos, permitindo o acesso somente para pedestres e ciclistas, já que havia descontentamento pelo barulho movido sobretudo pelo som

alto, que, além de atrapalhar as cerimônias religiosas, incomodava os vizinhos, ou seja, a população residente no entorno, principalmente na Zona 2. Outra medida de intervenção foi o fato do poder local, por meio da Secretaria de Esportes e Lazer, oferecer atividades recreativas no local, entre elas, a instalação de redes de vôlei, promoção de passeios ciclísticos, entre outros. Concomitantemente a essa medida, a Secretaria de Meio Ambiente, a Guarda Municipal, Setran e a Polícia Militar, orientam os frequentadores, especialmente sobre o trânsito de veículos em alta velocidade e o som alto no entorno da Catedral.

Verificamos, com essas ações, que a ocupação espontânea de um espaço (re)criado para lazer, obrigou, por meio de pressão popular, que o poder público se manifestasse e criasse condições que viabilizassem o uso por parte dessa população.

Esses são alguns exemplos de espaços que são (re)criados por necessidades da população, pois os espaços característicos que deveriam servir como espaço público na cidade detêm outras funcionalidades, geralmente ligadas ao capital, que restringe as atividades genuinamente públicas.

### **Considerações Finais**

O conceito de espaço público que se opõe a um espaço privado nasceu junto com o conceito de Estado-nação, no contexto da Revolução Francesa em 1789. As cidades europeias medievais, no entanto, foram construídas através de uma constante apropriação da terra pública e da definição desordenada de ruas, quase sempre estreitas e insalubres. Tal situação repetiu-se, grosso modo, até o advento do urbanismo sanitário no século XIX, por meio das intervenções de Haussmann, em Paris e de Cerda, em Barcelona. Ainda que baseados em um discurso muito mais estatizador do que público, estas intervenções colocaram o desenho das áreas públicas como prioritárias na definição da paisagem urbana. Podemos observar, então, que a dicotomia entre público e privado não é um problema exclusivo dos tempos atuais. Para que possamos entender suas particularidades de agora, é necessário que façamos uma análise das características que essas duas esferas e esses dois conceitos assumiram em diferentes épocas em Maringá (PR).

O espaço urbano de Maringá caracteriza-se pela sua diferenciação e fragmentação social. Nesse sentido, vemos que a atuação do poder local não tem sido neutra, pois sua tendência é de favorecimento a alguns agentes sociais, entre eles, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários<sup>8</sup>.

A dinâmica de comercialização imposta pela CMNP, desde o início, nos anos 1940, propiciou a distribuição dos lotes e bairros, baseando-se nas condições econômicas dos adquirentes e resultou em uma visível segmentação social (RODRIGUES, 2004).

O espaço público passa pelo crivo das contradições do modo de produção, na medida em que se entende que o desenvolvimento urbano no sistema capitalista se fundamenta na desigualdade, e que a implementação de espaços públicos deveria minimizar o impacto do crescimento, constituindo-se como uma garantia aos moradores do usufruto do direito à cidade (LEFEBVRE, 2004). Inicialmente, a partir das primeiras reflexões, traçou-se o entendimento que,

---

<sup>8</sup> Esses agentes sociais fazem parte da classificação proposta por Roberto Lobato Corrêa, em seu livro "O Espaço Urbano", (2004 p. 11-12); O Estado e os Grupos Sociais Excluídos completam essa classificação.

em suma, é no espaço público que convivem as questões coletivas; é onde se travam os diálogos e os encontros entre as diferenças; é o *locus* privilegiado do exercício da democracia.

Entretanto, na análise sobre a cidade de Maringá, verificou-se que o espaço público é mais um espaço onde as possibilidades de apropriação para reprodução do capital no urbano é evidente, pois os agentes sociais, ligados e relacionados ao Estado (neste caso remetendo-se ao poder público local), que em sua essência compõe a elite econômica da cidade, utilizam de estratégias para a viabilização de seus anseios por meio da apropriação de espaços que, na essência eram públicos, mas foram subvertidos para fins privados, ignorando as questões coletivas e de uso de todas as classes da sociedade.

Desse modo, investigamos várias possibilidades na cidade de Maringá para entender como esses espaços foram, no decorrer do desenvolvimento da cidade, abarcados pelas estratégias e ações de grupos específicos da sociedade. Esses grupos foram “agraciados” pelo poder público, sobretudo com alianças, acordos e troca de favores com o governo que estava no poder no momento oportuno de seus anseios.

Assim, se fez necessário o entendimento do espaço público relacionado com o poder e, na sequência, a análise do poder local, do espaço público e da dominação política, onde se verificou que o espaço público constitui-se, por excelência, no espaço de intervenção do poder público. Foi realizada uma análise sobre as elites locais e sua força na produção e transformação do espaço urbano maringaense, colidindo na capacidade de intervenção sobre o espaço social e, conseqüentemente, sobre o espaço público.

Este trabalho diz respeito ao que anunciamos como (re) criação do espaço público na cidade de Maringá. Se em outro momento tratou-se dos espaços em que, de algum modo, possuem condições, sobretudo pelo estrato social que se inserem, de consumir espaços exclusivos, artificializados, criados e/ou apropriados pelo grande capital, sobretudo imobiliário, nesse momento, refletiu-se sobre aqueles que necessitam de um espaço para uso comum, entretanto ficaram marginalizados nesse processo. Partiram das possibilidades de (re)criação de espaço que proporcionam, de fato, algum tipo de particularidade que lhes permite a ocupação e o uso para seus anseios.

Por fim, analisamos outras possibilidades de (re)criação com o intuito de demonstrar uma possível revanche, pois, já que o espaço que deveria ser público e utilizado para fins diversos de todos os grupos da sociedade é mascarado e apropriado pelo capital, novos espaços são criados, ou recriados, utilizando-se do espaço existente, no entanto, modificando seus usos e suas possibilidades.

A partir da análise realizada apontamos algumas tendências que balizam o espaço público maringaense e o constituem enquanto processo e fruto do modo de produção capitalista:

1. Confirmamos a hipótese de que existe uma espécie de (re) criação de espaços públicos pelas classes segregadas ou que se sentem prejudicadas pela apropriação desenfreada dos espaços públicos pelo capital, já que, de modo geral, não deixam de usufruir dos tempos de consumo, como por exemplo, os *shoppings centers*, entretanto, sentem a necessidade de se encontrar nos espaços públicos e utilizá-los como espaços de sociabilidade.

2. A confirmação da hipótese passa pelo pressuposto de que existe uma espécie de revanche por essa população, já que forçosamente utilizam desses espaços para recreação e

acabam criando novas alternativas de uso e apropriação. Nas palavras de Serpa (2009) a partir de estudo de Lefebvre, a apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizam o homem como espontaneidade, como energia vital. Por outro lado, as relações de propriedade podem inviabilizar a apropriação do espaço público no contexto urbano. Desse modo, espaços públicos privatizados, como por exemplo, o parque de exposições não permite a apropriação por parte da população. Já espaços públicos que ainda não sofreram intervenção do poder político e econômico, como os demais apresentados, permitem, de fato, esse tipo de apropriação e uso.

3. Acreditamos que essas áreas apropriadas geram uma preocupação por parte da mídia e do poder público, que enxergam algumas dessas reuniões como locais de badrneiros, de uso de bebidas alcoólicas, drogas, prostituição e, nesses casos, há a repressão por meio do policiamento do Estado.

4. Por outro lado, novas possibilidades de uso chamam a atenção de modo positivo, pois a caracterização de uma concentração, por parte da população do entorno nessas áreas, pode gerar políticas públicas futuras que venham a favorecê-las.

Enfim, desenvolvemos como se dá o processo de apropriação e de (re) criação do espaço público na cidade de Maringá. Percebemos que a apropriação se dá de modo mais incisivo do que a (re)criação, já que o poder exercido pelos agentes e pela elite econômica articulada pelos grupos dirigentes se constituiu como uma hipótese comprovada na pesquisa.

Como consequência desse processo, detectamos a existência de uma segregação do espaço público, por meio de todos os elementos empíricos analisados, inclusive a legislação urbanística da cidade de Maringá.

Deste modo, o trabalho não busca esgotar as pesquisas sobre a produção do espaço urbano maringaense, nem tampouco sobre o espaço público, já que percebemos que existem novas possibilidades, tanto em termos de continuidade da exploração por parte dessas elites, na busca constante da reprodução do capital, bem como por parte da sociedade civil, que busca espaços de sociabilidade, (re) criando alternativas de sobrevivência.

## Referências

BARBOSA, Livia. *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos*. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

BOVO, Marcos Clair. *Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá/PR*. Tese (doutorado em Geografia)- Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2009.

BROTTO, Fábio Otuzi. *Jogos Cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar*. Ed. Re-Novada. Santos, São Paulo: Projeto Cooperação, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

- CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: Novaes, A. (Org.) *Ética*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 345-390.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortêz Editora, 1991.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1999.
- COSTA GOMES, Paulo César. *A Condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- IZUMI, Paulo Kazuhiro. *O Bancário e a exigência de uma nova qualificação*. São Paulo: Educ/PUC, 1998.
- KISHIMOTO, Tizuko M. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo. Cortez, 2000.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2004a.
- PONT GEIS, Pilar. *Terceira idade – atividades criativas e recursos práticos*. Pilar Pont Géis e Maika Carrogio Rubi. Trad. Magda Schwartzaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- ZIMERMAN, Guite I. *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.